



Ministério da Saúde  
Secretaria de Vigilância em Saúde  
Departamento de Saúde Ambiental, do Trabalhador e Vigilância das Emergências em Saúde Pública  
Coordenação-Geral de Saúde do Trabalhador

NOTA TÉCNICA Nº 9/2022-CGSAT/DSASTE/SVS/MS

Orientações para implementação da Análise de Situação de Saúde do Trabalhador nos Planos Municipais de Saúde.

1. **OBJETIVO**

1.1. A presente Nota Técnica tem por objetivo descrever as orientações para uso da Análise de Situação de Saúde do Trabalhador nos Planos Municipais de Saúde, com o objetivo de fortalecer as ações relacionadas à vigilância em saúde do trabalhador no planejamento das ações de saúde no município.

2. **INTRODUÇÃO**

2.1. A Portaria nº 2.135, de 25 de setembro de 2013<sup>[i]</sup> (Portaria de Consolidação nº 1), estabelece diretrizes para o processo de planejamento no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS):

Art. 3º O Plano de Saúde, instrumento central de planejamento para definição e implementação de todas as iniciativas no âmbito da saúde de cada esfera da gestão do SUS para o período de quatro anos, explicita os compromissos do governo para o setor saúde e reflete, a partir da análise situacional, as necessidades de saúde da população e as peculiaridades próprias de cada esfera.

§ 1º O Plano de Saúde configura-se como base para a execução, o acompanhamento, a avaliação da gestão do sistema de saúde e contempla todas as áreas da atenção à saúde, de modo a garantir a integralidade dessa atenção.

2.2. O Plano de Saúde é o instrumento que “apresenta as intenções e os resultados a serem buscados no período de quatro anos, expressos em objetivos, diretrizes e metas”<sup>[ii]</sup>. Este plano configura-se como base para a execução, o acompanhamento, a avaliação da gestão do sistema de saúde e contempla todas as áreas da atenção à saúde, de modo a garantir a integralidade dessa atenção e a sua elaboração deve orientada pelas necessidades de saúde da população, considerando:

I - análise situacional, orientada, dentre outros, pelos seguintes temas contidos no Mapa da Saúde:

- a) estrutura do sistema de saúde;
- b) redes de atenção à saúde;
- c) condições socio sanitárias;
- d) fluxos de acesso;
- e) recursos financeiros;
- f) gestão do trabalho e da educação na saúde;
- g) ciência, tecnologia, produção e inovação em saúde e gestão;

II - definição das diretrizes, objetivos, metas e indicadores; e

III - o processo de monitoramento e avaliação.

2.3. Os objetivos do Plano de Saúde definem o que se deseja alcançar no período, a partir de análise situacional de saúde da população e da respectiva gestão do SUS, assim como da viabilidade e exequibilidade técnica, financeira e política. As diretrizes são formulações que indicam as linhas de atuação a serem seguidas e devem ser apresentadas de forma objetiva e sucinta, com uma breve contextualização na qual se busca delimitar a prioridade e/ou estratégia geral a ser adotada. Para cada diretriz, é apresentado o rol de metas – quantificadas – a serem alcançadas no período<sup>[iii]</sup>.

2.4. **Estrutura Base do Plano de Saúde**

2.4.1. No Plano de Saúde devem ser inseridos os objetivos, diretrizes, metas e indicadores para os 4 (quatro) anos consecutivos. Estes serão construídos no primeiro ano de mandato do gestor, explicitando os compromissos do governo para o setor saúde e reflete, a partir da análise situacional, as necessidades de saúde da população e as peculiaridades próprias de cada esfera.

2.4.2. Ao elaborar o Plano de Saúde, é necessário:

- identificar problemas e situações que requerem a implementação de soluções;
- identificar os fatores que, direta ou indiretamente, determinam a situação considerada insatisfatória;
- estabelecer as linhas que poderão ser seguidas para solucionar os problemas;
- definir os procedimentos de monitoramento e avaliação que permitirão saber se as linhas seguidas são

adequadas para os fins perseguidos e se os resultados obtidos estão dentro do esperado;

- utilizar instrumentos pactuados anteriormente, tais como Plano de Saúde, Planos Diretores, Relatórios Anuais de Gestão, relatórios de Conferências, Termo de Compromisso de Gestão, entre outros<sup>iii</sup>.

2.4.3. No âmbito do Sistema de Planejamento do SUS, o atendimento desses requisitos inclui a análise situacional e a formulação dos objetivos, diretrizes e metas. De acordo com o Art. 5º da Portaria Nº 3.332/2006, são indicados como eixos orientadores para a análise situacional e para a formulação dos objetivos, diretrizes e metas: as condições de saúde da população; os determinantes e condicionantes de saúde; e a gestão em saúde.

2.4.4. A análise situacional inclui o processo de identificação, formulação e priorização de problemas em uma determinada realidade. Tem como objetivo permitir a identificação dos problemas e orientar a definição das medidas a serem adotadas. Na análise situacional a identificação dos problemas, que são situações que se afastam negativamente de um estado desejado, deve ser baseada nas condições de saúde da população, nos determinantes e condicionantes de saúde e gestão em saúde.

## 2.5. Programação Anual de Saúde (PAS) e Relatório de Gestão

2.5.1. O Plano de Saúde é o instrumento que será construído e válido por 4 (quatro) anos e serão desdobrados anualmente na Programação Anual De Saúde (PAS) e Relatório De Gestão, com passos intermediários na PAS que é o Relatório Quadrimestral De Gestão. Portanto, além do Plano de Saúde, devem ser explicitadas as ações na PAS.

2.5.2. A PAS é o instrumento que operacionaliza as intenções expressas no Plano de Saúde e tem por objetivo anualizar as metas do plano e prever a alocação dos recursos orçamentários a serem executados. Sendo que a Programação Anual de Saúde será executada no ano subsequente a sua formulação.

2.5.3. Para Estados e Municípios, a PAS deverá conter:

- I – a definição das ações que, no ano específico, garantirão o alcance dos objetivos e o cumprimento das metas previstas no Plano de Saúde;
- II – a identificação dos indicadores que serão utilizados para o monitoramento da PAS;
- III – a previsão de alocação dos recursos orçamentários necessários ao cumprimento das PAS.

2.5.4. Então, a PAS deverá conter:

- Para os Estados o número previsto de Análises de Situação de Saúde das regiões do Estado, e quanto recurso será necessário para realizar essas análises em todas as regiões do Estado;
- Para os municípios a realização da Análise de Situação de Saúde e a estimativa do montante de recursos a serem gastos com essas ações.

2.5.5. Conforme Art. 6º da Portaria nº 2.135, de 25 de setembro de 2013<sup>i</sup> (Portaria de Consolidação nº 1), o Relatório de Gestão é o instrumento de gestão com elaboração anual que permite ao gestor apresentar os resultados alcançados com a execução da PAS e orienta eventuais redirecionamentos que se fizerem necessários no Plano de Saúde.

2.5.6. O Relatório de Gestão contemplará os seguintes itens:

- I - as diretrizes, objetivos e indicadores do Plano de Saúde;
- II - as metas da PAS previstas e executadas;
- III - a análise da execução orçamentária; e
- IV - as recomendações necessárias, incluindo eventuais redirecionamentos do Plano de Saúde.

2.5.7. As metas e recursos financeiros previstos e executados em relação à Análise de Situação de Saúde deverão ser explicitadas no Relatório de Gestão. E os Cerest deverão inserir nos seus Planos de Trabalho, que farão parte das Programações Anuais dos municípios sede; as ações, metas, indicadores e recursos a serem gastos com a execução da Análise de Situação de Saúde do Trabalhador.

## 2.6. Análise de Situação de Saúde do Trabalhador no Plano de Saúde

2.6.1. Entre a análise situacional de saúde da população pode-se destacar a importância de incluir a Análise da Situação de Saúde do Trabalhador (ASST), uma vez que a população trabalhadora representa grande parte da população total e as condições de trabalho fazem parte dos determinantes do processo saúde-doença.

2.6.2. Assim, as características do perfil produtivo, informações sobre a inserção das pessoas no trabalho, os indicadores que expressam condições de ambientes e potenciais exposições a fatores de risco ocupacionais, bem como indicadores de morbimortalidade dos trabalhadores, são elementos e dimensões a serem incorporadas nas Análises de Situação de Saúde (Asis). Com o reconhecimento das dinâmicas do mercado de trabalho, de como se distribuem as atividades produtivas e a população trabalhadora nos diferentes ramos e setores de atividade econômica em cada território, é possível compreender melhor o processo de produção de desigualdades e vulnerabilidades e os potenciais impactos das decisões e políticas relativas ao desenvolvimento econômico e social.

2.6.3. O exercício de construção da análise de situação de saúde dos trabalhadores permitirá identificar necessidades de saúde, grupos sob maior risco e prioridades que demandam intervenções específicas num dado território, que devem ser objetos de priorização no planejamento nos âmbitos municipal, regional e estadual. A ASST, portanto, deve ser incorporada aos instrumentos de

planejamento e gestão do SUS (Planos de Saúde, Programação Anual de Saúde, Relatório Anual de Gestão), de modo a orientar a tomada de decisão, a definição de objetivos, diretrizes, metas e indicadores, que garantam o desenvolvimento de estratégias e ações de vigilância em saúde, voltadas a intervenções que modifiquem as condições e ambientes de trabalho, visando a proteção da saúde dos trabalhadores[iv].

## 2.7. Passos da Análise de Situação de Saúde do Trabalhador

2.7.1. A ASST tem como objetivos: apoiar o processo de tomada de decisão para o desenvolvimento de ações de Saúde do Trabalhador no território, servir de base para o monitoramento e vigilância da situação de saúde dos trabalhadores e trabalhadoras no território, propiciar a incorporação da Análise da Situação de Saúde do Trabalhador nos instrumentos de planejamento e gestão do SUS, contribuir para o fortalecimento da participação e do controle social, conhecer o perfil produtivo do território, conhecer as características e o perfil da população trabalhadora no território, conhecer o perfil epidemiológico da população trabalhadora no território, conhecer o perfil dos serviços de saúde e sua capacidade instalada, conhecer a rede de apoio institucional e social aos trabalhadores no território, e produzir e disseminar informações sobre Saúde do Trabalhador.

2.7.2. A análise deve ser construída considerando cinco itens:

- Caracterização do território, da população geral e da população trabalhadora;
- Caracterização do perfil produtivo e dos potenciais riscos à saúde do trabalhador no território;
- Caracterização do perfil de morbimortalidade da população trabalhadora;
- Caracterização da rede de serviços de saúde para atenção e vigilância da saúde do trabalhador;
- Caracterização da rede de apoio institucional e social aos trabalhadores e trabalhadoras no território.

## 3. CONCLUSÃO

3.1. Considerando que o Plano de Saúde define o que se deseja alcançar no período no município, além da viabilidade e exequibilidade técnica, financeira e política. Entende-se a importância de incluir na análise da situação de saúde, a Análise da Situação de Saúde do Trabalhador, com o objetivo de incluir entre as metas de ação no SUS aspectos relacionados às necessidades de saúde dos trabalhadores, promovendo a saúde deste grupo populacional.

3.2. Para esclarecimentos de eventuais dúvidas e outras informações, a CGSAT se coloca à disposição pelo e-mail [cgSAT@saude.gov.br](mailto:cgSAT@saude.gov.br) ou pelo telefone (61) 3315-3678 .

FLÁVIA NOGUEIRA E FERREIRA DE SOUSA  
Coordenadora-Geral de Saúde do Trabalhador

DANIELA BUOSI ROHLFS  
Diretora do Departamento de Saúde Ambiental, do Trabalhador e Vigilância das Emergências em Saúde Pública

### Referências

[i] BRASIL. Portaria nº 2.135, de 25 de setembro de 2013. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2135\\_25\\_09\\_2013.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2135_25_09_2013.html)

[ii] Brasil. Ministério da Saúde. Sistema de Planejamento do SUS (PlanejaSUS): uma construção coletiva – trajetória e orientações de operacionalização / Ministério da Saúde, Organização Pan-Americana da Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2009. 318 p. – (Série B. Textos Básicos de Saúde). Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/planejaSUS\\_livro\\_1a6.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/planejaSUS_livro_1a6.pdf)

[iii] Brasil. Ministério da Saúde. Sistema de Planejamento do SUS (PlanejaSUS): uma construção coletiva – trajetória e orientações de operacionalização / Ministério da Saúde, Organização Pan-Americana da Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2009. 318 p. – (Série B. Textos Básicos de Saúde). Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/planejaSUS\\_livro\\_1a6.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/planejaSUS_livro_1a6.pdf)

[iv] BAHIA. Secretaria da Saúde do Estado da Bahia. Superintendência de Vigilância e Proteção da Saúde. Diretoria de Vigilância e Atenção à Saúde do Trabalhador. Centro Estadual de Referência em Saúde do Trabalhador. Guia para Análise da Situação de Saúde do Trabalhador – SUS/Bahia. Organizado por Eliane Cardoso Sales e Joselita Cássia Lopes Ramos. SESAB/SUVISA/DIVAST/CESAT - Salvador: DIVAST, 2014. Disponível em: <https://renastonline.ensp.fiocruz.br/sites/default/files/arquivos/recursos/Guia%20para%20An%C3%A1lise%20da%20Situa%C3%A7%C3%A3o%20de%20Sa%C3%BAde%20do%20Trabalhador.pdf>



Documento assinado eletronicamente por **Flávia Nogueira e Ferreira, Coordenador(a)-Geral de Saúde do Trabalhador**, em 10/02/2022, às 13:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Buosi Rohlfs, Diretor do Depto de Saúde Ambiental, do Trab. e Vigilância das Emergências em Saúde Pública**, em 11/02/2022, às 11:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.saude.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0025263529** e o código CRC **77F03CF3**.

---

**Referência:** Processo nº 25000.018841/2022-18

SEI nº 0025263529

Coordenação-Geral de Saúde do Trabalhador - CGSAT  
SRTV 702, Via W5 Norte - Bairro Asa Norte, Brasília/DF, CEP 70723-040  
Site - saude.gov.br